

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UM HÍBRIDO RELATO DE UMA TRAJETÓRIA DE VIDA  
PARA FAZER DELA OUTRA COISA**

Jésio Zamboni

Universidade Federal do Espírito Santo / Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo<sup>1</sup>

jesiozamboni@gmail.com

**POR ONDE SE PODE COMEÇAR**

Gilles Deleuze (s.d.) dizia que as pessoas estão nas interseções e cortes dos fluxos sociais, que as pessoas existem aí. É o caso de se apreender a produção e o funcionamento social em termos de fluxo uma vez que seria o movimento, a transformação, a criação e os devires o fundamento das relações. Ou, o fluxo seria exatamente aquilo que impede de se falar em fundamentos estabelecidos de uma vez por todas para o social, invocando uma perspectiva construtivista radical, em que qualquer fundamento transcendente advém da própria construção social. Então, como poderia traçar, retomando, minha trajetória de vida profissional? De pronto, é preciso que nos voltemos a esses pontos de corte nos fluxos sociais; do contrário, podemos remeter a história a individualizações, dicotomizando indivíduo e sociedade, ou antes, individualizando-os como entidades em contradição (BENEVIDES DE BARROS, 2007). Trata-se, então, de desmontar pelo percurso de trabalho de uma pessoa – a minha pessoa – as contradições daquilo que remetemos ao indivíduo por oposição, exclusão e negação do social.

Sendo assim, por onde se pode começar? Quando começo a trabalhar? Numa perspectiva estatal, oficial, posso dizer que nem carteira assinada ainda tenho. Entretanto, ao nos deslocarmos da perspectiva hegemônica de visada do trabalho – o trabalho oficialmente reconhecido pela máquina de Estado –, me pergunto se já não trabalho desde muito novo, ajudando meu pai a colher café e tomate na roça, compartilhando e aprendendo seu ofício enquanto aprendia a andar, a falar e a fugir pelo mato afora. E, pouco depois, posso ver-me trabalhando já na Vila Velha, na cidade, como atendente de bar e de loja, para meu pai e

---

<sup>1</sup> Esse texto é uma versão ligeiramente modificada do anteprojeto de pesquisa e do memorial integrados num corpo único que foi apresentado em agosto de 2011 ao Programa de Pós-Graduação em Educação para o ingresso no curso de Doutorado.

minha mãe. Nossa vinda para a cidade acontece em função das flutuações de preços durante o governo de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990. E assim situava meu pai a história em nossa experiência concreta: ele comprava caixotes de madeira vazios para vender os tomates produzidos, mas, ao ir vendê-los cheios, estes valiam menos do que os caixotes vazios que comprara pouco antes. A saída que inventamos: ir à cidade, viver na história pessoal o drama do êxodo rural e da composição dos subúrbios como meios de vida, numa cidade que não nos espera e não sabe o que fazer conosco em meio a tantos estudos e planejamentos estruturais. Meus complexos de infância são históricos e políticos.

Trabalho e aprendo, portanto, quando criança. Aprendo no trabalho e na escola. Estudo em escola pública e privada. Sou filho de comerciantes “liberais” crescendo no subúrbio, vindo do interior do estado do Espírito Santo. Vou me constituindo sujeito nesses entrecruzamentos. E, na escola, encontro um meio de produzir, um meio de vida, que transborde as relações familiares. Estou imerso em relações de trabalho mais uma vez: sendo objeto de trabalho dos educadores, sou também sujeito no processo de trabalho em educação. Há trabalho em estudar e dizia ao ser questionado acerca da minha profissão: “sou estudante”. Na escola, no ensino primário, já me engajava na tarefa de me desprender dos meus pais para ampliar a rede de investimentos relacionais e o raio de ação no plano coletivo.

A função psicológica do trabalho poderia consistir, então, em apoiar o indivíduo na realização dessa tarefa de separação, implicando-o em uma história que, por não se restringir à sua, lhe fornece a possibilidade de fazer “algo” de sua vida [...] enquanto atividade concreta, uma fonte de alteridade, um núcleo de iniciativa e de criatividade. (CLOT, 2010, p. 80)

Operando na inseparabilidade entre os processos de formação e os processos de trabalho, isso já se vive como experiência pessoal que se retoma de maneira que, como “[...] para Vygotski, não há oposição entre o conceito e o afeto” (CLOT, 2006b, p. 26). E entendemos que entre conceitos e afetos há relações de atravessamento, de maneira que uns são fonte problemática para os outros que se fazem instrumentos recursivos para lhes inventarem saídas e desenvolverem (CLOT, 2006b; 2010). É assim que vivo a experiência escolar, como experiência produtiva e formativa, imerso em relações de trabalho e de aprendizagem, lidando com as instituições nesses entremeios. Pela instituição da infância, esse “infante” (que não pode falar por si mesmo, cidadão de direito diferenciado dos adultos) implica um modo de

produção da instituição educação, voltada a formar esse sujeito para o mundo produtivo, que, entretanto, não o espera e já acontece pela vida afora.

Ora, é já na vida da criança, desde os mais elementares comportamentos do lactente, que estas relações se tecem com os objetos parciais, os agentes de produção, os fatores de antiprodução, segundo leis da produção desejante em seu conjunto. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 70)

O trabalho é primeiramente algo informal, informe, remete aos processos de produção desejante e social. A criança está conectando-se às máquinas técnicas, sociais e desejantes desde seu surgimento, sendo lançada aos meios de produção e funcionamento social. Nesse sentido se faz a proposta de Vygotski de uma escola que integra os conhecimentos desenvolvidos em conceitos e as experiências concretas de trabalho, de modo que “[...] não só o trabalho se introduz na escola, mas também a escola no trabalho.” (VYGOTSKI, 2010, p. 249). Trata-se, afinal, de retomar esse vivido que traçamos aqui em termos de “relato de trajetória profissional” para compor um campo problemático em que educação e trabalho não se separem na vida.

PSICOLOGIA E TRANSDISCIPLINARIDADE / ENTRE TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO / PELAS  
ESCOLAS DA VIDA

Sigo estudando e trabalhando, formando-me e produzindo-me, formando e produzindo mundos. Entro na universidade pública pelos seus critérios de seleção estabelecidos. Aí, em função de lutas históricas – que entrelaçam os processos formativos e os modos de trabalhar –, entro em relações de formação que extravasam a sala de aula em espaços instituídos de extensão da universidade. Se a extensão se forja como foco de luta por uma universidade plenamente pública, que não se restrinja à comunidade universitária – professores, servidores, alunos –, esse desafio e essa luta ainda acontecem, mais do que nunca, pelos processos de trabalho na própria universidade. A extensão constitui-se como campo de batalhas estratégico ainda hoje pelos modos de organização do trabalho, em que se desvalorizam continuamente a extensão em relação ao ensino e à pesquisa pela dissociação desse tripé do ensino superior brasileiro.

É nesse entremeio de lutas, formação e trabalho, que entro em projetos de extensão, principalmente, em estabelecimentos de saúde mental e saúde pública, experimentando modos

de trabalho com a psicologia, pensado, principalmente a partir do conceito de clínica ampliada. Essa clínica se assume imediatamente como política, como construção de dispositivos de intervenção nos processos institucionais, ampliação e desenvolvimento dos processos analíticos, fortalecendo a dimensão instituinte dos coletivos (BENEVIDES DE BARROS, 2002). E, aí, já se trata de trabalho e formação entrelaçados, ainda que não existam vínculos formais nem salário em dispositivos de relações de trabalho “plenamente” reconhecido. Entretanto, partimos da consideração de que a informalidade do trabalho não implica que as realidades instituídas do trabalho formal sejam desconsideráveis; pelo contrário, é em função do seu estatuto de realidade estabelecida que as dimensões instituintes nos processos de trabalho e formação são cruciais à transformação das práticas e dos saberes nos processos de produção coletiva. Do contrário, a informalidade transtorna-se em precarização do trabalho, em impossibilidade de criação de territórios produtivos relativamente estáveis situados na história como um legado vivo.

Após a passagem por trajetos de extensão diversos, realizo, no último ano da graduação em psicologia, estágio e pesquisa em escolas. Considerando as escolas como estabelecimentos, trabalhamos, tanto no estágio como na pesquisa, pela perspectiva da análise institucional, compreendendo que

Primeiro, as instituições são normas. Mas elas incluem também a maneira como os indivíduos concordam, ou não, em participar dessas mesmas normas. As relações sociais reais, bem como as normas sociais, fazem parte do conceito de instituição. Seu conteúdo é formado pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades, por um lado, e as normas sociais existentes, por outro. Segundo, a instituição não é um nível da organização social (regras, leis) que atua a partir do exterior para regular a vida dos grupos ou as condutas dos indivíduos [...] Logo, pertence a todos os níveis de análise (LOURAU, 2004, p. 71)

Por essa abordagem institucional, procurávamos construir uma intervenção transdisciplinar, partindo dos problemas concretos que perpassavam os diversos estratos organizativos – indivíduos, grupos, estabelecimentos. É que a transdisciplinaridade, a nosso ver, não se confunde com a junção de diferentes especialistas, mas com a construção de um plano de experimentação social em que as diferentes forças e saberes entram em jogo. Aprendendo o ofício de psicólogo, situávamo-nos na intercessão entre processos de trabalho e processos formativos. E esses mesmos aspectos eram por nós instrumentalizados na abordagem das

questões que emergiam no cotidiano de trabalho em educação nas escolas em que realizávamos intervenção.

O estágio *Clínico em Instituições Públicas* (ZAMBONI; BARROS; HECKERT, 2008) era desenvolvido atravessando os campos estabelecidos em psicologia – saúde, educação, trabalho – pela problemática institucional que os desterritorializa de seus fechamentos em disciplinas como propriedades de conhecimento. Pelo procedimento transdisciplinar não se trata, logo, tão somente de compor equipes com membros de várias disciplinas, nem de produzir um conhecimento juntando as disciplinas e produzindo outras disciplinas hibridizadas, numa relação entre teorias. A transdisciplinaridade se faz pela relação entre teoria e prática, em que se dispõe dos conceitos e técnicas como ferramentas de intervenção concreta. “A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro.” (FOUCAULT; DELEUZE, 1979, p. 41).

Nesse sentido, dispomos de ferramentas conceituais e técnicas as mais diversas, sem uma estruturação prévia, seguimos o processo de intervenção primando pelas questões locais, pelas situações vividas pelos sujeitos da escola. Desse modo, os conceitos e as técnicas eram montados em dispositivos que variavam pela análise dos problemas emergentes no campo de intervenção. Tratava-se de uma abordagem cartográfica dos processos institucionais, em que fazíamos a clínica pela construção de mapas acompanhando os processos produtivos e desejanter, institucionais, atravessando e constituindo a escola como espaço de trabalho, de formação e de lutas várias.

Trata-se, antes de tudo e sobretudo, de experimentação coletiva, de produção de mundos e sujeitos. E a questão da subjetividade é abordada por nós como imanente aos processos produtivos, não havendo, primariamente, distinção entre desejo e produção (DELEUZE; GUATTARI, 2010). “A *produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção*” (GUATTARI; ROLNIK, 2008, p. 36, grifo dos autores). Por aí, abordamos a produção de subjetividade em meio aos diversos processos de trabalho e de formação, tornando-os inseparáveis no corpo social, embora possam se estabelecer distinções inclusivas entre esses processos, secundariamente.

Por outro lado, a pesquisa que desenvolvemos desde 2005 pelo *Programa de formação em trabalho e saúde nas escolas da rede municipal de Serra/ES*, coordenado pela professora doutora Maria Elizabeth Barros de Barros, entrelaça-se à pesquisa *Construindo uma outra Psicologia do Trabalho: as contribuições da Clínica da Atividade*, desenvolvida desde 2006. Essas pesquisas, construídas simultaneamente, mantêm entre si uma relação de mútuas interferências (ROSEMBERG; RONCHI FILHO; BARROS, 2010). As passagens pelas produções teóricas no campo da psicologia do trabalho visam à abordagem da micropolítica do trabalho nas escolas, tomando os processos de produção de saúde em termos de criações de meios e normas coletivas de vida e produção. A partir de Canguilhem (2009), consideramos que “[...] a vida é, de fato, uma atividade normativa.” (p. 96). A preocupação com a dimensão clínica da atividade passa a orientar nossa abordagem dos processos produtivos na escola, pois buscamos não dissociar formação e trabalho, pela analítica institucional.

Agenciado a essas pesquisas, constrói-se a pesquisa de mestrado *Paradoxos do motor: uma esquizoanálise da atividade dos motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano da Grande Vitória – ES* (ZAMBONI, 2011). Nessa pesquisa, deixamos de lado o problema da atividade docente, ou antes, permanecemos ao lado da pesquisa acerca da atividade docente, sendo que, indiretamente, uma interferia na outra. A experimentação clínico-analítica com os professores de Serra/ES tornava-se condição de formulação de problemas relativos à atividade dos motoristas, e vice-versa. Haveria aí uma intercessão entre gêneros diversos construindo um plano comum, que não implica indiferenciação nem identificação, mas afetando um ao outro por meios desviados. Trata-se da construção de um plano micropolítico do trabalho.

Essa intercessão entre o campo problemático da produção de subjetividade e o das clínicas do trabalho promove-se pela apropriação das ferramentas teóricas e técnicas em instrumentos ao atravessarmos situações concretas. Essas situações se constituem como conflitualidades que forçam a pensar. Nesse ponto, a filosofia deleuzeana e a psicologia vygotskiana – a partir das quais se desenvolvem a esquizoanálise e a clínica da atividade, respectivamente – se encontram e podem se fecundar uma pela outra, uma na outra, promovendo-se desenvolvimentos a-paralelos. Trata-se de uma preocupação crucial e fundamental em ambas com os processos de produção, funcionamento e desenvolvimento coletivos a partir do problema da criação, da invenção. E isso apesar das leituras dominantes do trabalho de Vygotski, como aponta Yves Clot.

Se olharmos as coisas dessa maneira, estamos longe de uma psicologia ortopédica, estamos mesmo muito afastados de uma *engenharia didática* descendente, de inspiração cognitiva, como se acredita e se diz, com frequência, ao se falar de Vygotski. Vygotski não é uma engenharia psicológica, não é uma prescrição comportamental, é a possibilidade de inventar situações, nas quais o sujeito pode criar suas atividades psicológicas. A obra de Vygotski repousa inteiramente na idéia de *criação* e de *recriação*. (CLOT, 2006b, p. 22, grifos do autor)

É essa “possibilidade de inventar situações” que abordamos com os motoristas e com os professores, voltando-nos para suas atividades, ampliando os processos de análise do trabalho, promovendo curvaturas das forças de trabalho sobre si mesmas, nos limites da ética que se constrói entre os trabalhadores. A clínica esquizoanalítica da atividade, em seu horizonte, constitui-se como construção do plano ético. Esse plano pode ser definido também como ampliação do poder de agir entre os trabalhadores – princípio ético-político da clínica da atividade – uma vez que, como diz Clot (2010) citando Spinoza, “O esforço para desenvolver o poder de agir é inseparável de um esforço para elevar, ao grau mais elevado, o poder de ser afetado” (p. 31); e, ainda, que

A subjetividade é, sem dúvida, não propriamente uma dimensão constitutiva do sujeito, mas o poder de ser afetado que, em maior ou menor grau, está à disposição de cada um em função de sua história singular. [...] Portanto, nossa tentativa consiste em definir o que é um *sujeito capaz de ser afetado*. (p. 31-32, grifo do autor)

É aí que o problema da ética se destaca ainda pra nós pela obra de Michel Foucault, que afirma que

[...] uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere, mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente ‘consciência de si’, mas constituição de si (FOUCAULT, 1984, p. 28)

Foucault entrelaça também o problema da ética e o problema da subjetivação um ao outro, como indissociáveis. Portanto, tratar dos modos de subjetivação é considerar a constituição da dimensão ética da existência; ou, como define Deleuze (2005) ao abordar a obra de *Foucault*,

a ética é a envergadura das forças do fora sobre si mesmas, constituindo processos de subjetivação. Vale aqui destacar que esse si não corresponde à constituição de uma interioridade disjunta exclusivamente do fora – plano dos jogos de forças, das lutas e conflitivas – mas, pelo contrário, de um modo de se afetar pelas forças do mundo, compondo com elas, por elas, para prosseguir a construção do mundo e de si, inseparáveis.

A ética se destaca para Foucault, durante seu trabalho acerca da *História da Sexualidade* (1984; 1985a; 1985b), como desenvolvimento da problemática das práticas de resistência nas relações de poder (DELEUZE, 2005). E, como para Foucault, para nós também o dispositivo da sexualidade constitui um problema a viver, justamente pelos desvios que podemos traçar em relação às normatizações estabelecidas, de maneira que possamos inventar outras regras para outros jogos de poder, saber e subjetivação. Essa é nossa experimentação, como desterritorialização, criação e transformação “[...] se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984). E a questão da ética, ou dos modos de constituir-se sujeito, nos parece ser um campo problemático a engajar na construção potente para a transformação das situações de constrangimento das minorias sexuais.

#### A DIVERSIDADE SEXUAL COMO UM CAMPO PROBLEMÁTICO

O problema da sexualidade transforma-se, para nós, em campo da diversidade sexual. Esse plano problemático se constrói à medida que integro o grupo Plur@l de diversidade sexual, da Universidade Federal do Espírito Santo. Este grupo constitui-se inicialmente como grupo de estudos visando promover encontros e conversações entre pessoas interessadas nos problemas da sexualidade: gênero – distinto do problema do gênero de atividade produtiva, abordado por Yves Clot (2006a; 2010) a partir da obra de Mikhail Bakhtin –, identidade, orientação e opção sexuais funcionarão como ferramentas de análise. Tais perspectivas serão discutidas e problematizadas pela experiência grupal. O grupo desenvolve-se com o decorrer dos anos, passando a operar intervenções em trabalhos diversos, sendo reconhecido como meio onde se concentram universitários interessados na problemática da sexualidade.

Esse problema é abordado cada vez mais pela perspectiva da diversidade. Esse horizonte de luta teórico-política se faz em meio aos conflitos decorrentes da binarização entre homem e mulher, constituída como um impasse nas discussões de gênero, e aos conflitos decorrentes da luta identitária no movimento *gay*, emergente nos EUA na década de 1960. Judith Butler

(2010), junto com outras feministas que levarão o movimento feminista à crítica – aos limites próprios dos espaços de luta que construíram –, torna-se uma das referências cruciais para nós em termos de instrumentação conceitual para as atividades que o grupo desenvolverá já como Programa de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo.

Por outro lado, cabe evocar a obra de Guy Hocquenghem (1980; 2009), que já na década de 1970 irá promover modulações radicais e divergências relativas aos rumos hegemônicos que os movimentos de minorias sexuais investiam, recaindo no princípio da identidade, no valor do orgulho – que seria apenas o outro lado da vergonha, segundo Hocquenghem –, nos impasses de desenvolvimento coletivo de ação política atrelada aos problemas concernentes diretamente à subjetividade. Apesar desse trabalho não se constituir numa referência direta para as atividades grupais do Plur@l, há bastante congruência entre os modos de funcionamento e os dilemas e impasses experienciados na FHAR – Frente de Ação Homossexual Revolucionária, grupo político minoritário sexual através do qual Hocquenghem milita e teoriza – e no Plur@l. Por isso, buscamos agora essa retomada do trabalho de Guy Hocquenghem junto com o FHAR (ZAMBONI; BARROS, 2012). Possivelmente, esse encontro não acontece em função do esquecimento das críticas promovidas por Hocquenghem no interior do próprio movimento homossexual e do movimento feminista, mesmo entre aqueles que atualmente que se dedicam a desenvolver a teoria *queer* (abjeto, estranho). Entretanto, buscamos que esquecimento não se oponha à memória – como esquecimento do esquecimento (DELEUZE, 2005) –, pois, de certa maneira, engendra-se num plano comum de lutas em que se trata de

Pensar o passado contra o presente, resistir ao presente, não para um retorno, mas “em favor, espero, de um tempo que virá” (Nietzsche), isto é, tornando o passado ativo e presente fora, para que surja enfim algo novo, para que pensar sempre suceda ao pensamento. (p. 115)

Assim, participando e construindo anualmente o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), destacavam-se nossas posições políticas e nossos modos de militar, as críticas corrosivas às práticas de unificação e fechamento dos encontros inspirando-se em políticas e pensamentos identitários, de assunção de objetivos pré-estabelecidos em termos de luta política e produtiva – especialmente atrelados às formas estabelecidas do tipo partido político ou do tipo organização da sociedade civil de interesse público. Tais práticas eram compartilhadas com diversos grupos com os quais entrávamos em conversações

diversas, em interferências dos diversos modos de funcionamento, que nos inspiravam, afinal, a defender os processos de autonomização dos grupos de modo que pudessem construir táticas locais de luta. Vamos construindo assim, junto com outros diversos movimentos de minorias sexuais espalhados pelo Brasil, um meio de lutas diverso e diversificante.

A diversidade, como nosso objeto e método de conhecimento, meio e fim de luta social, entretanto, não significa ausência de conflitos, controvérsias e divergências; pelo contrário, a produção da diversidade – sexual e de todos os tipos – se desenvolve, se promove, partindo da conflitualidade no campo social, das lutas diversas implicando relações entre forças variantes. Portanto, ao traçarmos algo da história do grupo Plur@l e do ENUDS já se trata de apropriação, de posições ético-políticas que assumimos em processos de singularização pela constituição de multiplicidades a viver. E essa posição que assumimos, bastante controversa, questiona o próprio estatuto do sujeito homossexual que se forjou em modos de produção social e desejante.

[...] assim é que de uma grande quantidade de práticas libertinas ou que ainda não tinham sido qualificadas, através das figuras da Maricona, da Bicha, do Veado, do Invertido, foi extraído o princípio médico-psiquiátrico do Homossexualismo, figura universal da minoria sexual ou da “exceção” – e todos sabemos que ela confirma a regra. (HOCQUENGHEM, 1980, p. 8)

Hocquenghem, agenciado aos movimentos operários e estudantis de maio de 1968 na França, desenvolve a prática e a teoria da FHAR inspirando-se especialmente no *Anti-Édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Ambos os trabalhos se compõem como escavação de saídas em meio à programática teórica e revolucionária que encerrava o mundo numa totalidade fechada sobre si – seja o mundo psíquico, seja o mundo econômico-político. Nisso, Hocquenghem organiza com outros participantes da FHAR um número da Revista *Recherches* [Pesquisas], dirigida por Félix Guattari. Essa edição da revista, intitulada “os homossexualismos hoje na França”, é considerada a mais polêmica, sendo censurada pelo governo francês na época da publicação e rendendo um processo por atentado ao pudor contra Guattari.

O objeto deste dossiê – os homossexualismos hoje na França – não poderia ser abordado sem o questionamento dos métodos comuns de pesquisa em ciências humanas que, sob, pretexto de objetividade, tomam todo o cuidado em estabelecer

uma distinção máxima entre o pesquisador e seu objeto. Para se chegar ao descentramento radical da enunciação científica que a análise de um tal fenômeno requer, não basta “dar a palavra” aos sujeitos envolvidos – que pode ser, às vezes, uma conduta formal e até jesuítica –, é preciso antes criar condições para um exercício total, leia-se paroxístico desta enunciação. A ciência não tem nada a ver com justas medidas e compromissos de bom-tom! Romper as barreiras do saber vigente – na verdade, do poder dominante – não é fácil. [...] Lembrete para os surdos: a bicha, não mais do que o esquizo, não é um revolucionário *em si*, o revolucionário dos novos tempos! Dizemos apenas que, entre alguns outros, ele pode ser, ele pode vir a ser o lugar de uma ruptura libidinal maior na sociedade, um dos pontos de emergência da energia revolucionária desejante, da qual o militantismo clássico permanece desconectado. Nem por isso perdemos de vista que existe uma loucura de asilo infinitamente infeliz, ou um homossexualismo edípico infinitamente envergonhado e miserável! E, no entanto, convém ficar à escuta inclusive destes casos de extrema repressão. (GUATTARI, 1981, p. 38, grifo do autor)

É nesse sentido que procuraremos abordar a diversidade sexual como plano de intervenção, constituindo como plano analítico a interface entre os processos de trabalho e os de formação. Trata-se então de construir por uma perspectiva cartográfica, que procura não definir de uma vez por todas e de antemão o trajeto de produção do conhecimento, esse campo problemático em que se integram o plano de intervenção, as situações concretas, e o plano analítico, a abstração como transversalidade que atravessa as situações concretas. Uma pesquisa que busque abordar os processos de subjetivação pela dimensão da diversidade sexual considerando os processos formativos e laborais será uma construção que precisaremos operar pela criação de possibilidades ao assumirmos o trabalho de analistas do desejo.

#### REFERÊNCIAS

BENEVIDES DE BARROS, R. D. Clínica e social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia? In RAUTER, C. M.; PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. D. (Orgs.) **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Baságlia, 2002. p. 123-140.

\_\_\_\_\_. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CLOT, Y. **A Função Psicológica do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006a.

\_\_\_\_\_. Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva. **Pro-Posições**, v. 17, n. 2 (50), p. 19-30, mai./ago. 2006b.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DELEUZE, G. **Les Cours de Gilles Deleuze**: Anti Oedipe et Mille Plateaux, Cours Vincennes – 16/11/1971. [s.d.]. Acesso em: 3 agosto 2011. Disponível em: <<http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=115&groupe=Anti%20Oedipe%20et%20Mille%20Plateaux&langue=1>>.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 41-46.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOCQUENGHEM, G. **A contestação homossexual**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **El deseo homossexual**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2009.

LOURAU, R. **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. **Trabalho docente e poder de agir**: clínica da atividade, devires e análises. Vitória: EDUFES, 2011.

VYGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ZAMBONI, J. **Paradoxos do motor**: uma esquizoanálise da atividade dos motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano da Grande Vitória – ES. 2011. 270 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B. Uma bicha: Guy Hocquenghem. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 6., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEH, 2012. Disponível em: <[http://www.abeh.org.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=200:jj012pdf&id=1:anais-abeh-2012&Itemid=87](http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=200:jj012pdf&id=1:anais-abeh-2012&Itemid=87)>. Acesso em: 4 ago. 2012.

ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C. **Variações climáticas de uma intervenção na escola**: um relatório de experiência de estágio em psicologia. Relatório de Estágio no Projeto Clínico em Instituições Públicas do Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.